

A CRUZ, A FOICE E O MARTELO E A ESTRELA. A TRADIÇÃO E A RENOVAÇÃO DA ESQUERDA NA EXPERIÊNCIA DA AÇÃO POPULAR (1962-1981)¹

Reginaldo B. Dias²

A década de 1960 foi incorporada à história política recente como o período em que se “amava tanto a revolução”, segundo a expressão popularizada por Daniel Cohn-Bendit.³ Poder-se-ia acrescentar que, além de amar a revolução, aquela geração tinha paixão por sua reinvenção. Houve, então, renovação dos horizontes e a proliferação do que se convencionou chamar de nova esquerda, que ganhou traduções específicas nas diversas localidades em que se desenvolveu. O presente estudo procurou entender esse fenômeno de renovação no leito da esquerda brasileira, inserida no contexto internacional, tomando como estudo de caso a experiência da organização denominada Ação Popular.

Embora seja possível encontrar o uso do termo “nova esquerda” em outros períodos, especialmente quando insurgentes organizações procuram mudar a pauta e os paradigmas políticos, essa expressão adquiriu, no contexto focalizado, um sentido histórico bem circunscrito. A década de 1960 foi pródiga em registrar, tendo como epicentro as jornadas políticas de 1968, uma grande renovação nas perspectivas de esquerdas, abrangendo tanto os países capitalistas avançados e os do chamado Terceiro Mundo quanto o bloco soviético. Por regra geral, essa nova esquerda rompeu com os padrões dos partidos tradicionais de esquerda, comunistas e socialistas, com o referencial do socialismo real e, em muitos casos, com o marxismo.

Partindo de observações desenvolvidas por Hobsbawm na abertura do undécimo volume de sua história do marxismo, procurou-se analisar a dialética mudança/permanência no seio da esquerda. Hobsbawm, por um lado, constata que essa nova esquerda prescindiu de seu desejo de se reconhecer em Marx ou no panteão marxista e voltou-se

¹ *A cruz, a foice e o martelo e a estrela. A tradição e a renovação da esquerda na experiência da Ação Popular (1962-1981)*. Assis, 2004, 341. f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, Universidade Estadual Paulista.

² Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá.

³ COHN-BENDIT, D. *Nós que amávamos tanto a revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

para muito além do marxismo tradicional, caso do *revival* anarquista; por outro, aponta que esse fenômeno não era, em “nenhum sentido, produto exclusivo do final dos anos (19)60”⁴. Nessa linha de raciocínio, resgata os pensadores marxistas heterodoxos que sobreviveram no período de domínio comunista ortodoxo e lembra que grupos de marxistas “heréticos” mantiveram-se ativos.

Essas observações de Hobsbawm convidam a investigar as tendências que, conquanto estivessem longe de ser hegemônicas ou estivessem em refluxo, compunham - para além do que o autor chama de comunismo ortodoxo, erigido em torno da URSS - o leito mais amplo da esquerda. Em resumo, para subsidiar a análise da experiência dessa nova geração de esquerda, debate-se, em um primeiro momento, como se formou, a partir de um universo pluralista de esquerda, no qual havia diversidade de caminhos e de perspectivas, uma determinada ortodoxia política fundada no marxismo, cuja hegemonia teve como consequência silenciar ou lançar sombras sobre outras perspectivas.

Na sequência, pretendeu-se entender como esse monolitismo cedeu lugar, principalmente na conjuntura próxima da década de 1960, a perspectivas de esquerda renovadas. Procedeu-se, também, a uma breve análise de algumas experiências emblemáticas de renovação de esquerda, centradas nos EUA e na França, para cotejá-las com a experiência brasileira.

Para a análise do processo de renovação da esquerda brasileira, a escolha da Ação Popular justifica-se plenamente. Além de sua inquestionável representatividade no seio da geração de esquerda brasileira impulsionada na década de 1960, a Ação Popular distinguiu-se por ser portadora de debates e de experiências singulares, legando questões fundamentais para a análise proposta. Sua experiência é, pois, terreno fértil para debater os limites e as vicissitudes da renovação da esquerda no período.

Como regra, as novas organizações da esquerda brasileira, constituídas como oposição e alternativa à política reformista do PCB, foram largamente tributárias do legado da Internacional Comunista, principalmente no que se refere ao modelo de sociedade, fundado nos parâmetros da ditadura do proletariado. A principal ruptura não foi a de horizontes e de concepção, mas de métodos de ação e de organização política, inspirados nas revoluções cubana e chinesa e nas estratégias de guerra de guerrilha ou guerra popular prolongada.

⁴ HOBBSAWM, E.J. O marxismo hoje: um balanço aberto. In HOBBSAWM, E.J.(org.) *História do marxismo*. V. 11. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 32-33.

Demonstra-se que situação distinta se verificou na origem da Ação Popular, a qual tinha referenciais mais ecléticos, inspirados no cristianismo, no marxismo e no existencialismo, e perspectivas críticas ao chamado comunismo ortodoxo, como se podia ler, por exemplo, em seu Documento base, aprovado em seu congresso de fundação. Afirmando o “socialismo como humanismo”, questionava o conceito de “ditadura do proletariado” e criticava as novas formas de dominação e alienação geradas pelo “socialismo burocrático”. Exemplificando que havia evoluções distintas no interior do mundo socialista, preconizava a possibilidade de existência de diversas concepções de passagem ao socialismo. Nessa fase, a Ação Popular se caracterizou, em suma, por procurar constituir uma ideologia própria e perseguir caminhos singulares ao socialismo.

Sustenta-se que seria reduutivo entender a singularidade da AP apenas como manifestação do radicalismo cristão. Em sua primeira fase, seus temas e preocupações guardavam relação, sem que houvesse intercâmbio direto, com questões colocadas pelos renovadores movimentos de esquerda de outros quadrantes. Dito de outra forma, a AP pautou temas e questões próximos da renovação da esquerda que se processava em âmbito internacional, como o socialismo como humanismo e críticas à alienação nos marcos do capitalismo e no próprio socialismo. Com esses parâmetros, procedeu a críticas ao socialismo real.

Entretanto, a análise aponta que, na segunda metade da década de 1960, período em que as tendências renovadoras da esquerda estavam mais densas em outras regiões do mundo, a AP fez o caminho inverso e se adaptou ao leito do marxismo-leninismo, reivindicando uma ortodoxia que julgava existir. De fato, foi em 1968 que a AP concluiu o processo de adesão formal ao marxismo. Essa redefinição, repleta de tensões e disputas, levou a que fosse promovida uma ruptura com as origens da organização e que ocorressem cisões e exclusões.

A respeito dessas cisões, devem ser destacadas duas conjunturas decisivas. A primeira é a de 1968, quando um setor minoritário foi excluído e veio a organizar, no ano seguinte, um novo partido, o PRT - Partido Revolucionário dos Trabalhadores. A segunda deu-se no início da década de 1970, quando, além da definição da estratégia revolucionária, estava em pauta a questão da construção do partido de vanguarda. Nos debates de 1968, afirmou-se a necessidade de criação de um partido de vanguarda de tipo novo, considerando o maoísmo como nova etapa do marxismo; mas a maioria da AP, na virada da década, caminhou para o reconhecimento de que o PC do B era o partido histórico do proletariado

brasileiro e incorporou-se a ele no início de 1973. Outro setor seguiu organizando-se como AP e reafirmando a necessidade do partido da nova etapa do marxismo.

Sob o impacto dessa segunda cisão e do insucesso da perspectiva da luta armada imediata, a AP, em meados da década de 1970, passou por um processo de autocrítica do vanguardismo que a isolava do movimento de massas e estabeleceu o objetivo de criar, juntamente com outras forças da chamada Esquerda Revolucionária, o partido de vanguarda. A identidade com o marxismo-leninismo manteve-se até o fim, quando se integrou ao processo de formação do PT, partido que veio renovar, à sua maneira, a vida política nacional, na década de 1980.

A partir do momento em que adere formalmente ao marxismo, a vida da AP passa a se orientar por tentativas de se filiar à sua tradição marxista e de representá-la na dinâmica da sociedade. Por intermédio de extensa análise documental, demonstra-se que sua conversão ao marxismo, com requintes de ritos organizativos que declaravam morta a “velha AP” e saudavam a “nova AP”, significou uma ruptura com seu passado e a atualização de sua memória, como forma de recompor sua identidade.

Nas disputas presentes no processo de definição de qual seria a linha marxista a ser seguida, cada qual entendida como a única e verdadeira, havia a compreensão, a despeito das divergências, de que essa ruptura com o passado era necessária, a fim de que a organização fosse reorganizada com base na tradição marxista.

A “velha AP” era criticada tanto por sua base social, enraizada nas classes médias, quanto por sua heterodoxa “ideologia própria”, constituída fora do leito do marxismo. Vale dizer, no entanto, que o marxismo não era alheio à primeira fase da AP, mesclando-se com outras referências na composição da “ideologia própria”. Nota-se certa inversão de sentido, se for considerado o léxico que preconizava, na esfera internacional, a nova esquerda como alternativa ao marxismo ortodoxo. No léxico da AP, os traços que a aproximaram dos aspectos renovadores mais profundos eram considerados como marcas da “velha AP”. Inversamente, a “nova AP” era a que pretendia se recriar “na tradição”. Em 1971, por isso mesmo, “a nova AP” passou a se chamar “Ação Popular Marxista Leninista”.

A busca da tradição se fez sentir, de forma nuançada, nos debates sobre o partido de vanguarda do proletariado. Infere-se que uma ala aderiu ao PC do B por entender que se tratava do partido histórico do proletariado, ou seja, o portador da tradição. Em nome do combate ao revisionismo, houve adesão à vertente mais declaradamente stalinista do

marxismo brasileiro. Outra ala manteve-se organizada como AP, entendendo que o partido deveria ser construído em bases novas, de acordo com a etapa vivida do marxismo. Enfim, buscava atualizar a tradição. Foi como portadores dessa tradição que os remanescentes da AP ingressaram no PT.

Apontou-se como, paradoxalmente, determinadas características presentes na formação do PT mantinham similitudes com traços da primeira fase da AP. Respeitadas as diferenças substantivas existentes entre essas organizações políticas, estabelecidas pela práxis de cada uma e pela conjuntura em que se inserem, é lícito identificar que estão presentes, na elaboração do nascente projeto petista, muitas das problemáticas da gênese da AP: o deslocamento do socialismo como necessidade histórica e o restabelecimento de sua relação com o humanismo; o objetivo de constituir uma alternativa às experiências do socialismo real e da social-democracia; a não-existência de uma doutrina oficial e a presença de um pluralismo doutrinário, que também pode ser chamado de ecletismo; a indefinição de projeto, remetido a uma dinâmica de autoconstrução. Agora, porém, a Ação Popular pretendia ser representante da tradição marxista.

No título deste trabalho existe a alusão a três símbolos: a cruz, a foice e o martelo e a estrela, relativos, respectivamente, ao cristianismo, ao comunismo e ao PT. Na vida da AP, tem-se que, na primeira fase, quando estava sob a égide da cruz, também existia influência do marxismo, componente do leque de referências que contribuíam para a formação da ideologia própria. Depois, quando se procurou afirmar a foice e o martelo, ainda houve uma transição em que o cristianismo exerceu alguma influência, mas logo foi renegado em nome da ortodoxia marxista. Quando a APML ingressou na estrela do PT, esteve entre os que portavam a foice e o martelo.